

Tempo de Austeridade

A Nação vive hoje ao compasso de dois tempos distintos: o tempo político, no qual se discute desde o mandato do Presidente da República até a moldura constitucional, e o tempo econômico, onde os fatos rolam de forma inexorável, exigindo decisões e definições cujo retardamento terá conseqüências desastrosas.

Não há espaço, no tempo econômico, para um monólogo sobre ser ou não ser. Índices de desempenho industrial em baixa, de desemprego em alta e inflação ameaçando espiralar não vão sentar-se à margem da história, à espera de que ambições pessoais se satisfaçam, ou que a poeira assente após a decisão sobre o mandato do Presidente da República.

Qualquer que seja essa decisão, ela esbarra desde já no fato puro e simples de que a Administração atual caminha para o fim, não importa que esse fim se meça em alguns meses, ou em um ano e alguns meses mais. Isso, mesmo que tivéssemos no cargo o falecido Presidente Tancredo Neves, não elidiria a realidade do fim de mandato.

Nas circunstâncias atuais, é preciso reconhecer que o Governo marcou, e está marcando, pontos positivos pela firmeza com que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, vem conduzindo a economia pelos estreitos caminhos que herdou das administrações passadas. A realidade é que o país foi desestruturado, quase não sobrando pedra sobre pedra, além do clima de desconfiança externa e do cansaço geral entre os brasileiros, com as tapeações e trapalhadas que se sucederam no cenário econômico e financeiro.

O passado pode ser considerado sob dois prismas: o da desculpa e o da responsabilidade. O Presidente da República pode pretender se situar acima do que ocorreu, alegando que dirigiu um Governo em condições instáveis e dentro de uma malha de compromissos que apenas herdou. Não pode, porém, o Presidente encerrar seu mandato sem se responsabilizar a fundo pela execução imediata de estratégias antes torpedeadas pelo populismo e fisiologismo partidários. Não existem desculpas quando o que está em jogo é a autoridade para executar, imediatamente, aquilo que se retardou em meio à turbulência política dos dois ou três últimos anos.

Credite-se ao ministro da Fazenda e ao ministro do Planejamento o tom afinado que o país vem percebendo na execução de uma partitura que não permite deslizes. Sem entrar no mérito de circunstâncias políticas passadas, houve outras ocasiões em que Planejamento e Fazenda neste país tocaram afinados, com bons proveitos para a Nação e sua economia. Hou-

ve, também, termos de mandato nos quais foram corrigidas as distorções mais relevantes.

A Nova República pode ter herdado uma dívida externa alta, mas herdou também uma caixa alta com reservas externas e um processo de plena recuperação da atividade industrial. O que ela não soube fazer, porque o populismo tomou conta, foi ajustar e refinar a economia. É isto que o "feijão-com-arroz" do Ministro da Fazenda pretende.

Para que tenha sucesso, o Governo precisa ir adiante. Corrigir as relações com os credores externos é um passo. Mas há muito o que fazer internamente para restaurar, de fato, a credibilidade no Governo. Dívida externa, dívida interna e inflação são elementos umbilicalmente ligados, os quais não podem ser tratados apenas no plano e no tempo econômicos. É aí onde mais se necessita da autoridade do Presidente da República para respaldar políticas que o populismo impediu e frustrou.

A dívida interna, que decorre dos empréstimos tomados pelo Governo através de títulos públicos, tem uma rolagem cara. Esse custo pode ser reduzido se o Governo começar a privatizar empresas, como se faz em ritmo acelerado em todas as partes do mundo industrializado. Os governos simplesmente estão trocando dívida por capital fixo, chamando a população de seus países a participar do capital de empresas públicas, e democratizando sua gestão. Trata-se de tirar as empresas das mãos da burocracia e da fisiologia para entregá-las a gerências mais eficientes e voltadas para o lucro.

O Governo pode privatizar empresas em vários níveis e setores. Convém lembrar um deles, o de energia elétrica, e particularmente o caso da Light, onde não se envolve qualquer dos obstáculos que comumente se levanta para deixar a burocracia e o Estado pachorrentamente dormindo em seu lugar. A privatização de empresas públicas de grande porte, como neste caso, não vai ferir a soberania nacional, nem a segurança, e pode funcionar como muito mais que um teste. Será um exemplo de que, com inteligência e determinação, podem-se aprofundar os programas de redução do endividamento interno, do déficit público, e da dívida externa, mediante a conversão de dívida em capital fixo. A privatização não requer, como não requereu em outras partes, um penoso processo legislativo, podendo ser feita através das Bolsas e da transparência que essas instituições conferem aos negócios com ações de empresas públicas e privadas. Com austeridade e mostrando que sabe manejar os instrumentos fundamentais que atuam sobre o déficit público, o Presidente pode fechar a sua biografia, promovendo uma transição política tranqüila.